

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS COM VÁRIOS ARTISTAS PARA AS FESTAS DA CIDADE E DO CONCELHO DE PAREDES 2017

Proc.º MP/743/AD/S-2017

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir na **“prestação de serviços de realização de espetáculos com vários artistas para as festas da cidade e do concelho de Paredes 2017”**
2. O objeto do contrato abrange a prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas anexas.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato escrito é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

A prestação de serviços decorrerá nos dias 13, 14, 15 e 16 de julho de 2017, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato:

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços objeto do presente contrato de acordo com as especificações técnicas anexas.
- b) Obrigação de seguro de responsabilidade e danos.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1. O prestador de serviços obriga-se a prestar ao Município de Paredes o serviço objeto do contrato com as características, especificações e requisitos previstos nas especificações técnicas, anexas, ao presente caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
- 2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4. O prestador de serviços é responsável perante o Município de Paredes por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos são prestados.

Cláusula 6.^a

Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços deve ser efetuada no (s) local (ais) indicado (s) pelos serviços do município de acordo com as especificações técnicas.
2. Todas as despesas e custos com o transporte e meios humanos são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Paredes, de que possa ter conhecimento.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Preço base

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município fixa como preço base o valor de **€ 74.960,00** (setenta e quatro mil novecentos e sessenta euros), acrescido do IVA.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Paredes, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Paredes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação de serviços objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Paredes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Paredes pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, que poderá oscilar entre os 20% e os 50% do valor contratual.

Cláusula 12.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias

à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do Município de Paredes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Paredes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 14.^a

Caução

Não há lugar a prestação de caução.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.^a

Contagem dos prazos

1. À contagem dos prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Exceto quando dito expressamente que se trata de dias úteis, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados;
- b) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adquirente, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês.

Cláusula 18.^a

Legislação Aplicável

1. Em tudo omissos no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro;
- b) Em demais legislação aplicável.

Paredes, maio de 2017

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

FESTAS DA CIDADE E DO CONCELHO DE PAREDES 2017

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA A CONTRATAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DE MÚSICA DE “QUIM BARREIROS”; “SANTA MARIA”; “XUTOS E PONTAPÉS” E “MARIZA”

1. Empresa a convidar – **SENHORES DO AR – Produção de Espetáculos e Representações, Lda**, com sede na Rua Júlio Dantas, nº 8, 2820-160 Charneca da Caparica, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 507 706 749, sendo da responsabilidade desta empresa providenciar as seguintes diligências:

1.1 A apresentação dos Espetáculos;

1.1 Os artistas obrigam-se a comparecer no local e nas datas abaixo indicadas, com o fim de prestar os seus serviços profissionais que consistem num espetáculo musical de entretenimento;

1.2 Evento – Festas da Cidade e do Concelho de Paredes 2017;

1.3 Local – Parque da Cidade de Paredes;

1.4 O **Espetáculo** com o artista **QUIM BARREIROS**, realizar-se-á no dia **13** de julho de 2017, em Paredes com início previsto às 22 H 00;

1.5 O **Espetáculo** com o artista **SANTA MARIA**, realizar-se-á no dia **14** de julho de 2017 em Paredes com início previsto às 22 H00;

1.6 O **Espetáculo** com o artista **XUTOS & PONTAPÉS**, realizar-se-á no dia **15** de julho de 2017 em Paredes com início previsto às 22 H00;

1.7 O **Espetáculo** com a artista **MARIZA**, realizar-se-á no dia **16** de julho de 2017 em Paredes com início previsto às 22 H00.

2. Os artistas obrigam-se a realizar o espetáculo nas perfeitas condições artísticas, estéticas e técnicas;